

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ITABERAÍ
CURSO DE PEDAGOGIA

Micheline do Socorro Cardias Sales Guedes
Vivian Ribeiro de Lima

INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

ITABERAÍ
2018

Micheline do Socorro Cardias Sales Guedes
Vivian Ribeiro de Lima

INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Câmpus Itaberaí da Universidade Estadual de Goiás, curso de Pedagogia, como requisito parcial para obtenção de grau em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Esp. Lílian Barbosa de Moraes

ITABERAÍ

2018

Dedicamos esta monografia as nossas mães pelo exemplo de coragem e simplicidade em suas metas, e com muito carinho e dedicação nos ensinou o caminho da educação, e assim chegamos ao final do nosso curso com um crescimento e aprendizagem de muita riqueza.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que nos deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o nosso curso, que nos socorreu espiritualmente dando-nos serenidade e forças para chegarmos até o fim.

A nossa professora Lílian Barbosa de Moraes, nossa orientadora, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo seu incansável e permanente encorajamento, pela disponibilidade dispensada e sugestões que foram preciosas para a concretização desta monografia.

Aos nossos familiares, que com eles compartilhamos a realização deste trabalho que é um dos momentos mais importante nas nossas vidas.

A todos desta instituição (UEG) que permitiram que chegássemos onde estamos. Nossos colegas de classe que foram verdadeiros companheiros, aos nossos professores que sempre nos incentivaram a continuar lutando com garra e coragem.

RESUMO

A presente obra monográfica traz um breve estudo sobre a inclusão dentro da escola, mostrando o grande desafio desse novo modelo pedagógico que atentas às claras demandas no processo de inclusão. O objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões sobre o ensino pensando nas práticas pedagógicas realizada nas escolas, de modo a, de fato, mediar uma educação inclusiva. Nesse aspecto é necessário ressaltar que o apoio da sociedade, família e escola é relevante para que a inclusão aconteça de forma que abrace a todos. Esse estudo procura mostrar as necessidades do novo paradigma educacional, tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96). O primeiro capítulo fala sobre as Leis que amparam a proposta de educação inclusiva. O segundo traz a importância da escola dando ênfase à algumas propostas de processos pedagógicos inclusivos. E o terceiro capítulo aborda a formação continuada dos professores objetivando a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo em sala de aula. A Educação Inclusiva nas redes regulares de ensino ainda está caminhando na busca de um ambiente escolar de fato inclusivo.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Espaço Escolar. Pedagogia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. HISTÓRICO E CONCEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	08
2. INCLUSÃO EDUCACIONAL: O LUGAR DAS DIFERENÇAS	12
2.1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	13
3. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre a inclusão no ambiente escolar, mostrando a importância desse processo no contexto educacional.

Desta maneira, fundamenta-se essa temática partindo do que a autora Mantoan coloca a respeito de que:

A transformação exigida pela inclusão na sociedade não são utópicas e que temos meios de efetiva-las. Essas mudanças já estão sendo implementadas em alguns sistemas públicos de ensino e em escolas particulares do Brasil e do exterior, que aceitaram o desafio de tornarem-se verdadeiramente inclusivas e estão fundamentados na teoria educacional pós-moderna, no multiculturalismo, e em novos paradigmas que emergem no cenário educacional neste início de século [...] é certo que os alunos são a maior preocupação para os educadores inclusivos, mas, todos sabemos que a maioria dos alunos que fracassam na escola são crianças que não vem do ensino especial, mas, que possivelmente acabarão nele. (MANTOAN, 2006, P. 32).

A autora afirma que a inclusão depende, em parte, da vontade dos profissionais da educação em quebrar paradigmas. Que as práticas pedagógicas precisam ser compreendidas como uma nova visão de mundo necessária para que, tal concepção, se constitua em novas possibilidades educativas.

Esse trabalho pretende discutir e compreender como se pode trabalhar com a inclusão mostrando a importância desse processo nas escolas, esclarecendo como a questão levantada pode e tem que ser trabalhada dentro de um contexto educacional e como isso pode promover o respeito às diferenças e singularidades no ambiente escolar.

Desta forma o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo explana sobre algumas das principais Leis que amparam a proposta de educação inclusiva em todas as esferas da rede regular de ensino, mostrando sua fundamentação dentro da legislação, destacando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), (Decreto/Lei n. 6. 572, de 17 de setembro de 2008).

No segundo capítulo destaca-se a importância da escola dando ênfase à algumas propostas de processos pedagógicos inclusivos.

Já o terceiro capítulo aborda a formação continuada do corpo docente, objetivando a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo em sala de aula.

1 HISTÓRICO E CONCEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com base em estudos e leituras da educação inclusiva percebemos que as crianças que tinham qualquer deficiência eram isoladas da sociedade por serem diferentes das outras crianças e não tinha direito a educação, essas crianças eram deixadas de lado e não havia perspectiva alguma de desenvolvimento para incluí-lá no grupo social.

Nos últimos anos a infância vem sendo reconhecida através de buscas, e reconhecimentos dos seus direitos.

A educação inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios para todos. Desenvolvida na década de 70 ela envolve não somente um olhar diferenciado sobre o aluno, mas também a família, a escola e a comunidade, constituindo uma das grandes preocupações da sociedade atual, apresentando desafios e polaridades que permeiam o discurso e a ação de todos aqueles envolvidos com essa problemática.

Por esse motivo é que surge a educação inclusiva, para atender a vários alunos que eram excluídos por possuírem algum problema que pudesse limitar sua participação na escola e assim esses alunos eram atendidos em um ambiente específico, de acordo com a sua necessidade, sendo esta discriminada em seu histórico. (BUENO, 1993).

A educação inclusiva constitui uma das grandes preocupações da sociedade atual, apresentando desafios que permeiam o discurso e a ação de todos aqueles envolvidos com essa proposta educativa.

Na constituição (1988), iniciou-se o processo de inclusão escolar, em conjunto com as leis que amparam a educação inclusiva de forma que os alunos tenham o mesmo tipo de aprendizagem independente de sua cor, religião, regionalidade, sexo, e qualquer outra forma de discriminação.

Reafirmando as liberdades fundamentais e os princípios de paz, de dignidade da pessoa humana e justiça social a Constituição afirma-se que “é dever do Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raças, sexo, cor, idade, e

quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, ART. 3, INCISO IV). Completa dizendo ainda que a educação é direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

As escolas recebem alunos de diversas etnias, raças, credos, constituições familiares e deficiências o que enriquece o diário, pois com essas diferenças e também, singularidades, podem acrescentar na vivência diária uma forma significativa e educacional para uma educação inclusiva por todos.

Em 1990, acontece a Declaração Mundial de Educação para Todos, um documento internacional que passa a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Esta Declaração é documento fundamental para que a educação possa ser vista de maneira mais prioritária. Visando reconhecer os direitos educacionais para que todos tenham uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva em 1994 houve a Declaração de Salamanca dispendo sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais e vêm afirmar que,

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (APUD MENEZES, 1984, P. 9).

O direito de todas as crianças a educação foi reafirmado com veemência por essas Declarações. Pensando desta maneira é que estes documentos começam a nortear toda a política educacional para as pessoas com deficiência.

No panorama mundial foi marcado por discussões a respeito dos objetivos e qualidade dos serviços educacionais especiais. E, no Brasil, essa discussão se inicia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1.996) que no capítulo V trata da educação especial. Em seu artigo 58 diz que este tipo de modalidade educacional, é oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Afirma ainda, que a educação tem como finalidade preparar para o exercício da cidadania e não apenas ensinar a

ler, escrever e contar, mas que este aluno seja inserido na sociedade tendo ampla garantia em seus direitos.

No ano de 2001 foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.172. Destaca que a construção de uma escola inclusiva precisa garantir o atendimento a diversidade humana. Este plano respalda o direito à educação para todas as crianças de forma que abranja todos da sociedade.

E nesse aspecto a Resolução Conselho Nacional de Educação nº. 01/2002 vem estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Estabelece que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade complementando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos que possuem alguma deficiência.

Através do Decreto n. 6.094/07, criado em 2007, que se estabelece dentre as diretrizes do compromisso todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino e ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Pode-se afirmar que no ano de 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, têm-se diretrizes que fundamenta uma política pública voltada a inclusão escolar, consolidando este movimento histórico brasileiro.

Para a educação brasileira, essas leis possibilitaram novos direcionamentos no processo pedagógico como: reconhecimento da necessidade de flexibilização e realização de adaptações curriculares aos alunos; obrigatoriedade da escola regular em manter em seu corpo de professores em constante formação em educação especial; organização de serviços de apoio especializado.

Entende-se que, estas leis e declarações, foram marcos de grande importância para a educação inclusiva. E a partir do momento que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência são incluídas no contexto educacional, pode-se pensar o processo como instrumento de transformação social que, de fato, caminhe para uma sociedade que respeite as diversidades levando a inclusão não só escolar, mas, social.

Foi um acontecimento chave para a educação na formação de inclusão para crianças, pois houve o reconhecimento delas na sala de aula.

E nesse contexto de mudança de paradigma teórico com relação à proposta de uma educação que inclua todos, há que se falar sobre a formação de professores para tal mudança.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL: O LUGAR DAS DIFERENÇAS

A escola neste momento tem o desafio de aplicar um olhar diferente para transformar ações em prol da construção do conhecimento e do desenvolvimento dos alunos, adotando práticas que favoreçam o posicionamento pessoal da criança dentro do processo educativo com suas particularidades e inter-relação com os colegas.

A educação inclusiva tem vários aspectos para uma boa reflexão, sendo assim a proposta para essa educação traduz uma aspiração passada, se devidamente introduzida na educação de boa qualidade para todos e com todos acrescentando meios e modos de romper as barreiras para a aprendizagem e para que esses alunos participem integralmente.

Sabe-se que o conceito de educação existente na literatura retrata sempre sobre a espécie humana e declara como processo geral no qual o homem se socializa com a cultura de onde vive, desenvolve seus aspectos físicos, motores, psicomotores, intelectuais, afetivos, e político-social. (BRANDÃO, 1996).

A escola inclusiva resulta dos arranjos e mudanças de toda a ordem com a implantação do projeto político pedagógico desta. É preciso pensar desde aquilo que norteia as práticas como profissionais da educação, até a forma de acolher os alunos na sala de aula. (OLIVEIRA, 2002). É um momento primoroso e fundamental para a educação. É preciso que cada um assuma, no processo coletivo, o compromisso de participar do processo de construção de uma escola realmente inclusiva.

Oliveira e Leite (2000, p. 14) já diziam que “as escolas devem agir para impedir a exclusão, atuando nas classes comuns onde [...] o processo de exclusão poderia vir a acontecer”. Falam em criar condições propícias para acolher e favorecer a permanência de todos os alunos, trabalhando inclusive, com as dificuldades da própria escola, como lembram ao dizerem que,

Deve-se considerar, inclusive, a dificuldade que as escolas têm para administrar a conquista da flexibilização e da sua autonomia, pois está também em suas mãos a responsabilidade de efetivar mudanças que impeçam o processo de exclusão e permitam construir verdadeiramente,

uma escola inclusiva que de respostas educativas a diversidade, sejam elas sociais, biológicas, culturais, econômicas ou simplesmente, educativas. (OLIVEIRA; LEITE, 2000, P. 14).

Esclarecem que a proposta de uma educação inclusiva pode significar uma nova possibilidade de reestruturar o espaço escolar. Ao envolver e lidar com as diferenças de seus alunos, a escola precisa ser hábil em envolver toda a comunidade em busca de soluções para as dificuldades do cotidiano. Isso pede, também, uma posição interdisciplinar e ações intersetoriais. A criação de um ambiente educacional acolhedor não é responsabilidade somente do professor, mas da equipe pedagógica no auxílio das ações a serem propostas, dentro da sala de aula, através de colaboração de gestores, professores, comunidade e alunos.

A proposta de incluir todos como agentes de produção cultural, social, econômica e educacional deixa clara a igualdade concreta entre os sujeitos, com o reconhecimento das diferenças em todos os aspectos. A inclusão está relacionada ao princípio lógico de pertencimento, fazer parte de, construir. O principal objetivo da pedagogia da inclusão é que os alunos aprendam com os professores a identificar e conhecer seus desafios.

2.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O atendimento educacional especializado atende os alunos que precisam e que possuem necessidades educacionais especiais durante a vida escolar.

Seu objetivo é sanar as dificuldades que possam atrapalhar o processo de escolarização de alunos com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Fazendo um breve resumo pode-se definir os objetivos do atendimento Educacional Especializado em sete etapas que são:

Identificar as necessidades dos alunos; elaborar plano de atuação de AEE dando acessibilidade ao conhecimento do aluno; produzir um material acessível para esse aluno; adquirir e identificar materiais de apoio, recursos e equipamentos tecnológicos, recursos, dicionários e outros; acompanhar o uso das matérias na sala de aula; orientar os professores do ensino regular

e famílias dos alunos a utilizar materiais e recursos; promover a formação continuada. (SASSAKI, 1999,P.03).

O professor de apoio educacional especializado atua juntamente com a equipe pedagógica e com o professor de disciplinas, na elaboração de métodos para que o aluno tenha um caminho ao currículo e formas de avaliação que possibilita a aprendizagem.

Cabe ao professor de apoio realizar determinados ajustes para que o aluno se reconheça no seu papel como aluno, e o que esse aluno tem para apresentar dentro do seu potencial.

A educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Atender necessidades singulares de determinados alunos é estarem atentos as suas particularidades. É atribuição de o professor considerar a especificidade do individuo, analisar suas possibilidades e avaliar a eficácia das medidas adotadas.

Pode-se afirmar que a atuação do professor em sala de aula tem que ser feita em torno dos fatores sociais, culturais, e a história educativa de cada aluno, onde eles apresentam déficit sensorio, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual. Propondo aos mesmos uma atenção especial para que este possa ter a sua autoestima e aprendizagem, seja por meio de ferramentas para garantir o conhecimento e intervenção como medidas extras para cada aluno que precisem.

As diferenças não são barreiras para que se cumpra a ação educativa. A escola, ao aceitar a diversidade, tem que respeitar as diferenças nos aspectos relacionados a aprendizagem do aluno para que tenha a realização fundamental para seu desenvolvimento e socialização com todos.

3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Discutir sobre educação inclusiva é falar de transformações. É buscar possibilidades transformadoras na rotina escolar, não de forma ingênua, mas consciente no sentido de ser “a alavanca da transformação profunda da sociedade”. (FREIRE, 1998, P. 25).

É importante salientar que os educadores têm um grande desafio na construção de uma sociedade mais inclusiva e menos preconceituosa. Ao mediar construímos momentos de conhecimento e aprendizado, proporcionando uma educação igual e de qualidade para todos os alunos, é por meio desta que se encontra alternativas de transformar e superar as tais diferenças se manifestam nas ordens: econômica, social, cultural, e educacional.

Para tanto, Sanches (1995) defende a importância de estabelecer a relação de cumplicidade entre professor e aluno.

Considera que o professor tem papel relevante sendo o mediador nesse processo.

Em sala de aula deve atuar como um facilitador das trocas comunicativas ocorridas nesse ambiente. A partir do momento em que essa relação se estabelece tem-se um ambiente favorável à aprendizagem baseada no respeito mútuo. A esse respeito Vygotsky vem dizer que,

O processo educacional deve permitir trocas interativas entre os personagens, cabe ao professor proporcionar o acesso do aluno ao universo dos saberes sistematizados, concedendo grande parte do suporte necessário para a sua participação ativa no contexto sociocultural. (VYGOTSKY, 2001, P.103).

É possível perceber o quanto a interação pode ser importante nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, onde o aluno com o professor propicie trocas de conhecimento havendo compreensão dos diferentes modos de ser e estar no mundo. Que o aluno, consiga através desse conhecimento se tornar uma pessoa

integrada na sociedade com condições de atuar como um ser pensante e responsável pelos seus atos em um processo de construção com outrem.

O professor educador deve preparar-se para a sua prática, repensando, interpretando, introduzindo métodos alternativos e metodologias de acordo com as necessidades específicas dos alunos, considerando os aspectos do contexto educacional, a diversidade cultural da realidade sociocultural dos alunos com necessidades educacionais. A formação continuada oferece a todos os alunos medidas expressivas para desenvolver um ensino-aprendizagem, de qualidade no desenvolvimento satisfatório das qualidades dos alunos. De acordo com a Resolução nº 01 de 2002 do Conselho Nacional da Educação e Conselho Pleno (CNE/CP) do Ministério da Educação (MEC), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior para o curso de Licenciatura, em seu artigo 6º, § 3º, refere que o projeto pedagógico da escola deve incluir conhecimento que possa promover o debate sobre questões culturais, sociais e econômicas.

Na instituição a ação do professor intervém no contexto educacional, podem ser guardados como conhecimento pedagógico variado, conteúdos focados na dificuldade, na vida real e sociocultural dos alunos com deficiência.

A prática pedagógica foca a educação do aluno e não a deficiência, o projeto pedagógico atenda ao princípio de flexibilização, a manutenção de um processo contínuo de avaliação compreensivo e que cada unidade escolar diagnostique sua realidade educacional e programar alternativas de serviços e sistemática para o funcionamento de tais serviços. (ARANHA, 2004).

O currículo propõe acesso democrático, e maleável as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, e não somente um receptor de conteúdos tradicionais, e partidos e separados das necessidades reais da vida destes alunos. O professor tem que ser capaz de sempre desafiar e procurar melhorias na sua prática pedagógica, atualizando-se com novos métodos de conhecimento, gestão, organização, valores, e normas, que venham sustentar sua metodologia centrada no aluno em seus obstáculos, necessidades, particulares. O professor/educador tem a compreensão que não pode focar somente nas

deficiências ou limitações que esse aluno possui nas necessidades educacionais, haja vista que não é ético do professor e muito menos inclusivo. (RODRIGUES, 2008).

Analisa-se que o auxílio do professor educador provoca de fato a sensibilidade dos alunos, a segurança e a autoestima, a inteligência e a autonomia dos alunos passo a passo, oferecendo o crescimento do seu potencial de conhecimento e habilidades que cada aluno possui.

Sanches (1995) destaca a importância do diálogo reflexivo entre o professor e o aluno em suas atividades, enfatizando, quando a prática torna-se repetitiva o comportamento do professor, torna-se mecânico e aumentam-se também as diferentes oportunidades promovidas pela reflexão, que possa ser usada na construção de pensamentos e ações da análise e da interpretação, sendo possível desenvolver teorias, técnicas, valores, rotinas e práticas educativas.

A escola, enquanto instituição que cumpre também função social contribui com vistas a garantir todas as condições de acessibilidade, de comunicação e cidadania. Seu núcleo não é somente os alunos com deficiência, mas todos, de modo a garantir uma educação de qualidade. Por fim, foi a partir de uma proposta na qual esses alunos, com ou sem deficiência, recebessem uma educação de qualidade, sem distinção nas classes regulares de ensino. Estabelecidos estes parâmetros conceituais a respeito da educação inclusiva, cabe salientar que é na perspectiva da inclusão que se pode mostrar que há espaço para todas em diversas áreas seja ela social, regional, familiar e especial.

Partindo do pressuposto de que o ser humano é um ser social, qual se constrói a partir das interações que realiza durante a vida, a escola possui responsabilidade na formação dos indivíduos e o professor tem de fato como ação romper as barreiras do preconceito e não ser individualista, pois as relações mediadas devem trazer benefícios tanto para os alunos quanto para os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo parece fundamental para o desenvolvimento da criança, e deve ser iniciado pela família, pois é o primeiro grupo social em que a criança é inserida. Por tanto se percebe que a inclusão, a nível pessoal e profissional, contribui para o sucesso educativo das crianças.

Para isso acontecer é preciso formação continuada do professor/educador como um mediador que ajude esses alunos a serem cidadãos que tenham seus direitos sendo respeitados e aplicados de forma correta pela sociedade na qual este está inserido.

A educação inclusiva é uma proposta que vem atender ao paradigma de uma nova sociedade. Muito além de uma questão social e humana é um processo que vem se adequar a Leis mundiais.

Este trabalho mostra que toda mudança vem acarretar no cotidiano escolar responsabilidades e metodologias que por muitas vezes geram resistência dos educadores. É preciso certa atitude dos professores para que o processo da construção da inclusão na escola de fato aconteça.

Desenvolver essas ações implica necessariamente em conhecer as políticas públicas educacionais, suas posturas e práticas direcionadas a esse propósito. É essencial a partir dessa visão, ter espaço para análise de seus aspectos, das políticas existentes, dos recursos humanos e dos materiais disponíveis para que as pessoas adotem essa temática.

Esse estudo foi feito nessa linha, encontrando subsídios para que num futuro próximo se tenham mais contribuições elaboradas com base no cenário encontrado no sentido de inclusão de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S.F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMONTE, S. (Org.). **Inclusão e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.
- BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira: integração-segregação do aluno diferente**. SÃO PAULO: EDUC, 1993.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de Dezembro de 1996.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei n. 9394/96**, 20 de Dezembro de 1996.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF. 1998.
- BRANDÃO, C. **O que é Educação**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FREIRE, PAULO. **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Introdução escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MENDES, E.G. **Deficiência Mental: Construção científica de um conceito e realidade**. Tese de doutorado-USP: São Paulo, 1995.
- MENEZES, R.G. **Responsabilidades e cidadania**, Revista. O CONFLITO. Editorial, Brasília, nº 13. Dez.1984.
- BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação**. Proposta Inicial do Procedimento a serem Sugeridos. Brasília, DF. INEP. 1997.
- OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: Dimensões do Desenvolvimento Profissional. Inclusão: **Revista da Educação Especial**/ Secretaria de Educação Especial, v.4, nº 2 (Julho- Outubro de 2008). – Brasília, 2008.

SANCHES, M. F. **A autonomia dos professores como valor profissional**. Revista de Educação V(I), 42, 1995.

SASSAKI, R. K. **Inclusão-** Construindo uma Sociedade para Todos 3 ed. Rio de Janeiro: WA, 1999.

VIGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem** 7.ed.São Paulo: Ícone, 2001.